

As eleições brasileiras de 2014: balanço dos resultados e implicações político-institucionais*

Maria do Socorro Sousa Braga¹

Resumo

Este artigo tem o propósito de realizar um balanço político das eleições de 2014. Para isso, busca responder algumas questões-chave a respeito da situação dos partidos e do sistema partidário brasileiro no momento em que estamos completando 30 anos dessa segunda experiência de democracia competitiva. Que correlação de forças essas eleições expressaram no país? Quais partidos se fortaleceram em cada tipo de disputa? A polarização PT *versus* PSDB se enfraqueceu no país? Quais as tendências de evolução do sistema partidário? Defendemos o argumento de que, após três décadas de reorganização e estruturação, a dinâmica do sistema partidário brasileiro alcançou um grau razoável de estabilidade, configurando-se ao redor de sete partidos relevantes que vêm dividindo, de maneira ainda mais equânime, os principais postos de poder eletivo. A tendência, portanto, foi no sentido da concentração da representação e do maior equilíbrio entre as forças partidárias relevantes.

Palavras-chave: eleições de 2014, partidos políticos, competição política, Brasil.

Introdução

Qual é o balanço político das eleições de 2014? Que correlação de forças essas eleições expressaram no país? A polarização PT *versus* PSDB se enfraqueceu? Quais partidos se fortaleceram em cada tipo de disputa? Quais as tendências de evolução do sistema partidário? O presente artigo procura encontrar respostas para essas (e outras)

*Este trabalho insere-se no âmbito de projeto de pesquisa apoiado com bolsa de produtividade pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

*Gostaria de agradecer os úteis comentários e sugestões dos pareceristas da revista *Política & Sociedade* que muito contribuíram para a versão final deste artigo.

¹ Pós-doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora da Universidade Federal de São Carlos. É pesquisadora da Fapesp, do CNPq e Secretária Adjunta da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). E-mail: msbraga@ufscar.br.

questões. Ele mapeia o desempenho relativo dos partidos nas cinco disputas realizadas no pleito de 2014. Dada a sua maior importância para a determinação da correlação de forças no País, os resultados das eleições para a Presidência e para a Câmara dos Deputados são examinadas com maior detalhe. No âmbito da Câmara a análise será estendida, ainda, às eleições anteriores, que ocorreram entre 1982 a 2014, procurando acompanhar a evolução mais geral do sistema partidário nacional ao longo da reconstrução e estabilidade da democracia. O objetivo nessa seção será checar-se tendências observadas em trabalhos anteriores (Nicolau, 1996; Braga, 2006) acerca do processo de evolução do sistema partidário se confirmaram, passados 20 anos daquele primeiro diagnóstico.

Com vistas a cumprir os objetivos apresentados, este artigo foi estruturado da seguinte forma: na próxima seção discutimos as implicações político-institucionais do pleito de 2014 a partir da expansão da cidadania eleitoral e de suas opções políticas. Na terceira seção avaliamos em que direção a dinâmica do sistema partidário caminhou no que diz respeito ao menos a duas tendências observadas em trabalhos anteriores (Nicolau, 1996; Braga, 2006): a) à concentração do poder partidário em um número relativamente pequeno de partidos na arena eleitoral e parlamentar e b) à nacionalização dos principais partidos por meio de estratégias de competição e coordenação dos pleitos majoritários e proporcionais. Na quarta seção tecemos as considerações finais.

1. A expansão da cidadania eleitoral e o fortalecimento da democracia representativa

Durante os anos 1980 assistimos ao crescente processo de extensão da cidadania eleitoral no Brasil. Essa ampliação dos direitos políticos a diversos setores da sociedade foi uma das importantes mudanças no cenário político nacional. Isso porque para um país que teve uma história eleitoral e partidária marcada por vários mecanismos restritivos à manifestação daquela cidadania - como, por exemplo, o voto censitário, a proibição do voto do analfabeto, o cancelamento de partidos políticos ou ainda, a edição de normas limitadoras à sua criação e funcionamento, o que acabava excluindo a maior parte da população do sistema de representação política -, o novo ambiente institucional que veio com a redemocratização foi paulatinamente mais liberal no que diz respeito à participação eleitoral e ao funcionamento dos partidos políticos, especialmente aqueles que defendiam o ideário marxista (Braga, 2006).

Com efeito, se as eleições de 1982 ainda ocorreram sob determinadas proibições que restringiram a reorganização do pluripartidarismo e impediram a participação eleitoral de parte considerável da população, de 1985 em diante, a legislação começou a permitir o registro de partidos dos mais variados espectros ideológicos e, em termos do desenvolvimento da cidadania, estendeu o direito de voto aos analfabetos, ampliando consideravelmente o eleitorado do país. A Constituição de 1988 incluiu ainda segmento mais jovem da população no eleitorado com o rebaixamento do limite mínimo de idade para 16 anos. No que se refere à formação e desenvolvimento das organizações partidárias, outras regras incentivaram seu pleno funcionamento, inclusive com a manutenção de dotações financeiras estatais por meio do fundo partidário e do tempo no horário gratuito de propaganda eleitoral, que a partir dos anos 1990 cresceram exponencialmente (Braga & Bourdoukan, 2009). Além disso, a Carta Magna ainda mudaria o *status* dos partidos no país, passando de pessoas jurídicas de direito público à pessoas jurídicas de direito privado.

Para avaliarmos o grau de participação eleitoral desde o retorno à democracia, usamos indicadores tradicionais, como o tamanho do eleitorado, o nível de participação e a proporção de votos brancos e nulos. Conforme informações da Tabela 1, atualmente o eleitorado brasileiro está integrado por 71% da população do país. No pleito de 2014, mais de 142 milhões de brasileiros estavam habilitados para votar. Um indicador empregado pela literatura especializada para auferir o grau de adesão aos processos eleitorais é a taxa de participação do eleitorado. Como aqui o voto é obrigatório, essa medida deve ser observada com cuidado, uma vez que pode ilustrar com menos precisão a rejeição a partidos e candidatos. De acordo com os dados, de 1982 a 2014 a abstenção média foi de 16,2%, o que nos aproxima de países democráticos com taxa de participação semelhante nos quais o voto também é obrigatório (Castro, 2007:30).

Tabela 1. A participação eleitoral no Brasil (1982-2014)

Ano	Eleitorado	Abstenção (%)	Votos em branco e nulos (% em relação aos votantes)		Votos válidos (% em relação ao eleitorado)	
			Presidência	Câmara	Presidência	Câmara
1982	58.871.378	17,7	-	15,1	-	69,9
1986	68.576.451	5,0	-	28,2	-	68,3
1989	82.056.226	14,4	6,4	-	82,4	-
1990	83.820.556	14,2	-	43,7	-	48,3
1994	94.743.043	18,0	18,8	41,7	66,8	48,0
1998	106.053.106	21,5	18,7	20,0	63,8	62,8
2002	115.184.176	17,7	10,4	7,7	73,7	75,9
2006	125.827.049	16,7	8,4	10,5	76,2	74,5
2010	135.604.041	18,1	8,6	11,7	74,8	72,3
2014	142.822.046	19,0	9,6	15,3	72,8	68,3
Média		16,2	11,5	21,5	73	65,3

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 2014.

Análise mais detalhada da Tabela 1 revela um relativo grau de estabilidade nos níveis de abstenção. A única exceção foi em 1986, quando 95% do eleitorado foi às urnas para eleger governadores, deputados estaduais e, principalmente, os membros do Congresso Nacional Constituinte. Aqui cabe recordar, no entanto, que o novo registro eleitoral realizado naquele ano provavelmente interferiu sobre o alto índice de participação, reduzindo o número de votos brancos e nulos.

Devido à obrigatoriedade do voto, um indicador mais preciso para medir o nível de participação eleitoral é a proporção de votos válidos com relação ao conjunto do eleitorado, excluindo assim os que se abstiveram ou não votaram em nenhum partido ou candidato. Dessa maneira, conseguimos evitar eventuais desvios provocados por aqueles eleitores que são contra os processos de competição política e seus atores, mas compareceram às urnas. A análise dos dados relativos à Câmara dos Deputados revela que as eleições de 1990 e 1994 foram as que apresentaram o nível mais baixo de adesão à oferta partidária. As turbulências políticas e econômicas do período, bem como os fracassos dos governos Sarney e Collor, exerceram grande impacto sobre o elevado número de votos brancos e nulos. Ademais, o excesso de partidos e candidatos nos anos 1990 tornou mais complexo o sistema e de mais difícil inteligibilidade para o eleitor. A partir de 1998, não obstante, houve crescimento e posterior estabilização, em torno de 74% da taxa de votos válidos em relação ao eleitorado. Em 2006, mesmo com a crise política do Congresso nos meses anteriores, o nível de adesão ao processo eleitoral se manteve elevado. Medidas como o novo calendário de votação, colocando as eleições para o Legislativo em

primeiro lugar, e a introdução da urna eletrônica, facilitaram o ato de votar, redundando na redução da taxa de votos nulos e em branco.

Outro aspecto importante a salientar, nesse sentido, foi a adoção do calendário de eleições concomitantes com características semelhantes, que vem ampliando a inteligibilidade do processo como um todo. Nos quatro pleitos nacionais de 1998, 2002, 2006 e 2010 podemos observar, inclusive, certa reversão na tendência histórica que indicava maior grau de adesão do eleitorado às eleições para os cargos do Executivo, em detrimento daquelas para o Legislativo. Entre 1998 e 2010, praticamente a mesma proporção de eleitores participou tanto para o pleito presidencial quanto para a Câmara dos Deputados. Só em 2014, quando as taxas de votos válidos apresentam leve redução, é que verificamos maior distanciamento entre as duas disputas, com a eleição presidencial voltando a apresentar maior adesão. A crise política resultante, em grande parte, da descoberta dos desvios dos recursos da Petrobrás por partidos da base aliada – principalmente PT, PMDB e PP, mas também PTB e partidos da oposição, como PSDB e SD, para enriquecimento próprio, bem como para financiamento de campanhas eleitorais, explica em boa medida o leve aumento no descrédito do eleitorado em relação aos políticos e partidos nessa última eleição examinada.

Em síntese, a tendência ao longo desses últimos 30 anos do processo eleitoral foi no sentido da estabilização dos principais atores em patamar de apoio eleitoral mais baixo. Partidos e eleitores paulatinamente vêm participando de forma cada vez mais efetiva da dinâmica competitiva. Para isso, a legislação partidária e o sistema eleitoral têm propiciado ambiente relativamente incentivador de maior inclusão de alternativas políticas, mas ao mesmo tempo parte do eleitorado vem excluindo, aos poucos, aqueles partidos e políticos cujas atuações são condenáveis. Como veremos abaixo, quando analisamos o apoio eleitoral dos partidos individualmente identificamos redução nessa adesão em quase todos os partidos. É possível avaliar que esse comportamento seja mais em consequência da conjuntura crítica que estamos presenciando, contudo, como a crise atual atinge os principais partidos responsáveis, em boa medida, pela estruturação do atual sistema partidário, há boas razões para avaliarmos que estamos diante de uma crise sistêmica cujas consequências para a sobrevivência do sistema partidário dependerão dos desdobramentos dos eventos que levaram a essa situação.

2. Vencedores e perdedores das eleições majoritárias e proporcionais de 2014

O primeiro aspecto a ser analisado diz respeito à comparação entre os resultados das diferentes disputas, visando identificar o posicionamento dos principais partidos que vêm desde a redemocratização controlando as maiores fatias de poder no sistema político brasileiro. Para isso, a Tabela 2 traz informações sobre a eleição presidencial e para o Congresso, enquanto a tabela 5 elenca os resultados dos pleitos para as 27 assembleias estaduais e governadorias.

Tabela 2. Desempenho para a presidência, Câmara dos Deputados e Senado Federal (2014)

Partidos	Eleições Presidenciais		Câmara		Senado	
	Milhões de votos	%	Número de eleitos	%	Número de eleitos	%
PT	43,267	41,6	68	13,3	3	11,1
PMDB	SCP*		66	12,9	4	14,8
PSDB	34,897	33,6	54	10,5	4	14,8
PDS/PPR/PPB/PP	SCP*		38	7,4	1	3,7
PSD	SCP*		36	7	2	7,4
PSB	22,176	21,3	34	6,7	3	11,1
PL/PR	SCP*		34	6,7	1	3,7
PTB	SCP*		25	5	2	7,4
PFL/DEM	SCP*		21	4,1	3	11,1
PRB	0,446	0,4	21	4,1		
PDT	SCP*		19	3,7	4	14,8
SD	SCP*		15	3		
PSC	0,780	0,75	13	2,5		
PCB/PPS	0,047	0,1	10	2		
PC do B	SCP*		10	2		
PROS	SCP*		11	2,1		
PV	0,630	0,6	8	1,6		
PSOL	1.612	1,6	5	1		
PHS	SCP*		5	1		
PTN	SCP*		4	1		
PSL	SCP*		1	0,2		
PMN	SCP*		3	0,6		
PRP	SCP*		3	0,6		
PSDC	0,061	0,1	2	0,4		
PRN/PTC	SCP*		2	0,4		
PTdoB	SCP*		2	0,4		
PEN	SCP*		2	0,4		
PRTB	0,044	0,4	1	0,2		
PSTU	0,091	0,1				
PCO	0,012	0,1				
Total	104,023	100,0	513	100,0	27	100,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 2014.

*SCP (Sem candidato próprio à disputa presidencial), mas pode ter aderido a coligações partidárias para a Presidência.

Como podemos ver na Tabela 2, 13 partidos políticos apresentaram candidatos para a sétima disputa presidencial. Outros 18 partidos fizeram parte de alguma coligação presidencial. Entre os três partidos relevantes nessa competição, o PT e a coligação de centro-esquerda (PMDB, PSD, PP, PR, PROS, PDT, PCdoB, PRB) obtiveram o maior número de votos no primeiro turno, quase 42%, indo para o segundo turno e vencendo pela quarta vez consecutiva. Reelegeram a presidente Dilma Rousseff com 51,6% dos votos válidos. A vitória mais apertada dos petistas. Já a segunda maior força, o PSDB e a coligação de centro-direita (PMN, SD, DEM, PEN, PTN, PTB, PTC, PTdoB), com o candidato Aécio Neves (PSDB-MG), alcançaram quase 34% dos votos no primeiro turno e, 48,4% no segundo turno.

A terceira força na disputa presidencial, o PSB e a coligação de centro-direita (PHS, PRP, PPS, PPL, PSL), tendo como cabeça de chapa a ex-Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, obtiveram um pouco mais de 21% dos votos nacionais, redundando no melhor desempenho eleitoral de uma terceira via. Seguramente, um dos fatores que afetou essa eleição foi a morte do ex-governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), então à frente dessa coligação, ainda durante a campanha eleitoral. E, pela primeira vez desde o pleito de 1994, quando a disputa presidencial se polarizou entre PT e PSDB, tivemos uma terceira alternativa que ameaçou a continuidade desse bipartidarismo semanas antes da realização do primeiro turno. No segundo turno, Marina Silva e parte do PSB apoiaram a candidatura de Aécio Neves. Uma das consequências dessa estratégia foi a saída de outros quadros do PSB, aumentando o número de deputados que resistiu ao movimento desse partido, ainda em 2013, de deixar a base do governo petista com a intenção de lançar candidatura própria à disputa presidencial de 2014. Parte dessas lideranças socialistas fundou no mesmo ano o Partido da Ordem Social (PROS), de sustentação do governo petista.² O apoio de Marina Silva e de boa parte do PSB, além de outros candidatos de partidos menores, ajudou a fortalecer a candidatura peessedebista no segundo turno, reduzindo a diferença de votos entre PT e PSDB.

² O PROS contava, em 2014, com 21 deputados federais, um senador e um governador. A origem partidária e regional desses parlamentares é diversa, mas foi do PSB o maior número de adesões. Depois vieram do PR, PDT, PP e, em menor número, do DEM, PSD e PSDB. Grande parte dos deputados tem seus domicílios eleitorais nos estados do Ceará e Rio de Janeiro, outros vieram de mais 13 estados. As principais lideranças desse partido foram o ex-governador do Ceará, Cid Gomes e o seu irmão, o ex-Ministro Ciro Gomes, que desde setembro de 2015 filiou-se ao PDT.

O exame da distribuição da votação territorial das três forças no primeiro turno revela em quais regiões cada uma se destacou, bem como onde o PSB mais ameaçou a continuidade da polarização entre PSDB e PT. Em termos regionais, verificamos na Tabela 3 que o PT venceu nos estados do Norte e Nordeste, ficando em segundo lugar no Centro-Oeste, no Sudeste e Sul. Já o PSDB, venceu exatamente nessas ultimas regiões e obteve a terceira posição no Nordeste. Em comparação, o PSB alcançou o segundo lugar no Nordeste, ficando à frente do PSDB em cinco dos nove estados dessa região. Entre esses estados, o melhor resultado do PSB foi obtido no estado de Pernambuco, reduto político de Eduardo Campos, onde venceu a disputa com 48% dos votos, contra 44% do PT e apenas 6% do PSDB. Já na região Sudeste, observa-se a menor diferença entre o PT e o PSDB, devido em parte ao bom desempenho de Marina Silva, conquistando o segundo lugar no Rio de Janeiro, deixando o PSDB na terceira posição. Contou também para esse desequilíbrio a votação recebida pelos outros partidos menores nessa região (quase 4%), a mais expressiva entre as regiões. Entre esses partidos, o PSOL, com a candidata Luciana Genro, recebeu 3% dos votos do estado, a mais expressiva votação da sigla.

**Tabela 3. Eleição presidencial no primeiro turno (2014) -
Percentual de votos por partido e região**

Partido	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Nordeste	Sul
PT	50,1	32,7	32,4	59,7	36,3
PSDB	28,1	41	39,5	15,4	47,2
PSB	18,8	23,5	23,6	22,8	12,8
PV	0,3	0,5	0,8	0,3	0,7
Outros partidos	2,8	2,3	3,7	2,2	2,9
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 2014.

Na Tabela 4 podemos acompanhar a trajetória do desempenho das principais forças na disputa presidencial, sendo possível verificar a continuidade da polarização que predominou durante quase todo o período analisado. Contudo, no período do governo petista, iniciado no pleito de 2002, a distância entre as votações do PT e PSDB vem diminuindo a partir de 2010, resultado da redução no número de votos recebidos pelos dois partidos, de um lado e, do aumento do apoio eleitoral à terceira força, mas também a candidaturas de partidos pequenos, por outro lado.

Tabela 4. Eleição presidencial (1994-2014) - Percentual de votos por partido e ano

Partido	1994	1998	2002	2006	2010	2014
PSDB	54,3	53,1	23,2	41,6	32,6	33,5
PT	27	31,7	46,4	48,6	46,9	41,6
PPS		11	12			
PSB			17,9		19,3	21,3
PSTU				6,8		
PV						0,6
PRONA	7,4					
Outros	11,3	4,2	0,5	2,9	1,4	2,9
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 2014.

No que diz respeito à Câmara dos Deputados (Tabela 2), o PT também elegeu a maior bancada desse pleito (13%). Entre os 28 partidos representados nessa Casa Legislativa, o PMDB manteve-se com a segunda bancada. Mas no Senado, onde um terço das cadeiras foi distribuído entre 10 partidos, o PT elegeu três senadores (11,1%), enquanto o PMDB elegeu quatro (14,8%). Conforme informações da Tabela 5, nas eleições para as Assembleias Estaduais, dos 29 partidos representados, o PT elegeu o segundo maior número de deputados estaduais (10%), ficando atrás apenas do PMDB (13%). Já na disputa pelas governadorias, na qual 8 partidos conseguiram eleger algum representante, o PT elegeu o segundo maior número de governadores (18,5%), sendo superado pelo PMDB (26%). O PSDB manteve a terceira maior bancada da Câmara dos Deputados (10,5%) e a segunda (14,8%) no Senado Federal. Os peessedebistas elegeram ainda o terceiro maior número de deputados estaduais (9%) e o mesmo número de governadores que o PT (18,5%).

O PSB na Câmara elegeu a sexta bancada (7%), mesma bancada do PR. Mas para o Senado conseguiu fazer a quarta bancada (11%), elegendo o mesmo número de senadores que o DEM e o PT. Já para as Assembleias, elegeu o quinto maior número de representantes (6%) e nos pleitos para os governos estaduais fez três representantes (11%), ficando à frente do PDT e do PSD, ambos elegeram dois governadores.

Tabela 5. Desempenho para as Assembleias e Governos Estaduais (2014)

Partidos	Assembleias		Governadores	
	Número de eleitos	%	Número de eleitos	%
PT	104	10	5	18,5
PMDB	139	13,4	7	26
PSDB	96	9,3	5	18,5
PSB	63	6,1	3	11,1
PSD	73	7,1	2	7,4
PDT	57	5,5	2	7,4
PDS/PPR/PPB/PP	50	4,8	1	3,7
PC do B	25	2,4	1	3,7
PROS	30	3	1	3,7
PL/PR	45	4,3		
PTB	38	3,7		
PFL/DEM	45	4,3		
PRB	31	3		
SD	22	2,1		
PSC	35	3,4		
PCB/PPS	22	2,1		
PV	26	2,5		
PSOL	12	1,2		
PHS	10	1		
PTN	17	1,6		
PSL	17	1,6		
PMN	8	0,8		
PRP	12	1,2		
PRN/PTC	10	1		
PTdoB	14	1,3		
PEN	14	1,3		
PRTB	8	0,8		
PPL	3	0,1		
PSDC	9	0,9		
Total	1035	100.0	27	

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 2014.

De acordo com os resultados das duas tabelas, se o PT foi o partido que venceu a disputa para a Presidência da República, elegeu a maior bancada para a Câmara dos Deputados e colocou no Senado, nas Assembleias e nos governos dos estados o segundo maior número de representantes, o PMDB foi o partido que, além de compor a chapa presidencial com o vice-presidente Michel Temer, elegeu a maior bancada para o Senado Federal, fez o maior número de representantes para as Assembleias e ainda elegeu o maior número de governadores. Já o PSDB manteve-se como segunda força para as eleições

presidenciais, elegeu o mesmo número de senadores e governadores que o PT e fez o terceiro maior número de deputados estaduais.

Entre os maiores partidos dos anos 1990, o DEM acentuou seu declínio nessas eleições, obtendo apenas 4% dos deputados para a Câmara dos Deputados e 4% dos deputados estaduais. Seu melhor desempenho ficou na disputa pelas cadeiras do Senado, elegendo três representantes e o seu pior resultado foi para os governos estaduais, não conseguindo vencer em nenhum estado. Parte do espaço perdido pelo DEM na Câmara dos Deputados foi dividido entre o PP, o PSD (primeira disputa realizada depois de sua criação para esse cargo³, em 2010) e o PR. Cada um desses partidos elegeu cerca de 7% das cadeiras daquela Casa. Nas disputas para as Assembleias e governos estaduais, o PSD e o PP também tiveram resultados melhores que o DEM.

Além da identificação dos posicionamentos diferenciados dos partidos nas diversas disputas, notamos ainda o crescimento da fragmentação partidária especialmente para a Câmara e as Assembleias, como já indicado por outros autores (Santos, 2015; Melo, 2015), mas os dados para a Câmara dos Deputados também revelam certo esgotamento da capacidade dos maiores partidos de continuarem crescendo, indicando maior equilíbrio do multipartidarismo em torno de sete partidos de porte médio. Em trabalho de 1995, Rodrigues identificou queera o aumento do número de partidos médios que elevava o índice de fragmentação do sistema partidário daquele período. Após 20 anos daquele pleito usamos a mesma classificação sugerida por Rodrigues para verificarmos a suposição defendida aqui.

De acordo com a classificação de Rodrigues, *partidos grandes* são aqueles que possuem acima de 81 (ou 16%) das cadeiras na Câmara. Enquanto os *partidos médios* são considerados aqueles que retêm de 31 a 80 (ou 6% a 15%) cadeiras. Os *pequenos partidos* possuem de 10 a 30 (2% a 6%) das cadeiras e os *micropartidos* têm menos de 10 (menos de 2%) assentos. A Tabela 6 informa a sequência histórica dessa classificação do sistema partidário.

³ As eleições inaugurais do PSD foram em 2012 quando elegeu 4.570 vereadores e 494 prefeitos em todo o país (dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)).

Tabela 6. Classificação dos partidos na Câmara dos Deputados

Tamanho dos partidos (nº deputados federais)	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014
Partidos Grandes (81 ou mais)	2	2	2	2	3	2	2	1	
Partidos Médios (31 a 80)		1	6	6	3	3	3	5	7
Partidos Pequenos (10 a 30)	2	3	3	3	3	6	7	8	9
Micropartidos (menos de 10)	1	5	8	7	8	7	9	7	12
Total de partidos com representação	5	11	19	18	17	18	21	21	28

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 2014.

Como supusemos acima, no pleito de 2014 o sistema partidário brasileiro não conta mais com partidos grandes, como foi a tendência até 2010; em consequência disso, cresceu o número de partidos médios. Interessante notar que se, em 1982 predominou o bipartidarismo anterior, com o PDS e PMDB mantendo-se como os maiores partidos, de 1986 até 1994, o PMDB e o PFL ocuparam essa posição. Em 1998, contudo, três partidos fazem parte dessa categoria (DEM, PSDB e PMDB). Com a alternância de grupo político na Presidência da República nas eleições de 2002, voltamos a ter dois grandes partidos no controle da Câmara: PT e DEM. No pleito seguinte, em 2006, o PMDB e o PT ocuparam essa posição e, em 2010, apenas o PT se manteve nessa categoria. Já em 2014, a maioria desses partidos passou a partidos médios, somente o DEM caiu para a categoria de partido pequeno. Mas a categoria que teve o maior aumento foi a dos micropartidos, passando de 7, em 2010, para 12 micropartidos com representação na Câmara em 2014. Nessa classificação, os dados também sugerem que o multipartidarismo brasileiro manteve-se com sete partidos relevantes (PT, PMDB, PSDB, PSB, PP, PSD, PR), mas todos de magnitude média. Observa-se, portanto, maior equilíbrio entre esses atores políticos na Câmara dos Deputados. Aspecto relevante a ser considerado é que os quatro primeiros maiores partidos na Câmara são também os que obtiveram os melhores resultados na competição tanto pelas cadeiras das Assembleias quanto pelos executivos estaduais, indicando a continuidade da tendência de concentração do poder político. Esse fenômeno do sistema partidário será aprofundado mais adiante.

A disputa pelos governos estaduais

Para avaliarmos o significado dos resultados obtidos por cada partido para os executivos estaduais, dois critérios serão utilizados: o número de unidades da Federação onde cada legenda venceu e a

porcentagem de eleitores que passou a governar. Com esses dois indicadores será aferida a importância dos estados administrados.

Tabela 7. Número de estados governados por partido (2014)

Partido	N	Unidades da Federação	% do eleitorado nacional
PMDB	7	AL, ES, RJ, RO, RS, SE, TO	20,1
PT	5	AC, BA, CE, MG, PI	24,2
PSDB	5	GO, MS, PA, PR, SP	35,9
PSB	3	DF, PB, PE	7,8
PSD	2	RN, SC	5,0
PDT	2	MT, AP	1,9
PCdoB	1	MA	3,1
PROS	1	AM	1,6
PP	1	RR	0,2
Total	27		100,00

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 2014.

De acordo com a Tabela 7, os indicadores usados demonstram bem o peso político de cada estado. Embora o PMDB tenha eleito o maior número de governadores (7), acabou administrando o terceiro maior contingente do eleitorado nacional. Somados, os eleitores de todos esses estados representam 20,1% do colégio eleitoral brasileiro, ou seja, a maior parte dos estados apresenta baixo peso político. E o que ajudou os peemedebistas a ficarem nessa posição foi a continuidade do controle do governo do estado Rio de Janeiro, o terceiro maior colégio eleitoral. Ainda no Sudeste, venceu no Espírito Santo. Na região Sul elegeu o governador do Rio Grande do Sul, retomando o tradicional vínculo desse partido com os gaúchos, reduzido nas eleições de 2010. Na região Nordeste os peemedebistas elegeram os governadores de Alagoas e Sergipe e na região Norte se mantiveram o governo de Rondônia e elegeu ainda o de Tocantins. Apresentou o pior resultado nos estados da região Centro-Oeste, onde perdeu todas as disputas.

Tanto o PSDB quanto o PT elegeram cinco governadores, mas enquanto os peemedebistas contabilizaram quase 36% do eleitorado nacional, administrando, portanto, o maior contingente do eleitorado das eleições de 2014, o que se explica pela eleição do governador do estado de São Paulo, o maior colégio eleitoral do país; os petistas passaram a governar um pouco mais de 24% do eleitorado nacional, representando o segundo maior eleitorado governado por um partido. Esse resultado se deve, especialmente, à eleição inédita do governador de Minas Gerais (segundo maior colégio eleitoral do país) e a

continuidade do controle do estado da Bahia (quarto colégio eleitoral). Nesse último estado, o PT elegeu, pela primeira vez, o então Ministro das Relações Institucionais do governo Lula da Silva, Jaques Wagner, no pleito de 2006. Ele foi reeleito em 2010 e ainda conseguiu eleger o sucessor em 2014, o então chefe da Casa Civil da Bahia, Rui Costa⁴. Na região Nordeste, o PT ainda elegeu governadores do Ceará e do Piauí, ampliando sua capilaridade entre os eleitores nordestinos. Na região Norte se manteve governando o estado do Acre, sob controle petista desde 1999. Os piores resultados dos petistas são observados nos estados das regiões Sul e Centro-Oeste, localidades onde não elegeram nenhum governador. Em contrapartida, o PSDB elegeu o maior número de governadores nessas regiões: no Centro-Oeste se manteve no controle da administração de Goiás e elegeu o governador de Mato Grosso. Já no Sul e Norte, se manteve governando o Paraná e o Pará ao reeleger ambos os governadores. O controle político do PSDB no estado do Pará se inicia no pleito de 1994, quando elegeu o senador Amir Gabriel. Somente foi interrompido no pleito de 2006, quando o PT elegeu a senadora Ana Julia Carepa. Mas o estado com a mais longa administração do PSDB é São Paulo, cujo controle político já vem desde as eleições de 1994 e se manteve até 2014. Já o pior resultado dos peessedebistas, nesse pleito, foi obtido nos estados da região Nordeste, onde não conseguiram eleger nenhum representante. Juntos, PMDB, PSDB e PT passaram a governar em 2014 quase 81% do eleitorado nacional.

O PSB venceu em três estados, somando apenas quase 8% do eleitorado. Em relação ao pleito anterior, quando o PSB elegeu seis governadores, houve forte retrocesso desse partido em seus objetivos de ampliação de seu apoio eleitoral pelo território nacional, ficando de fora dos governos estaduais das regiões Sudeste, Sul e Norte. Contudo, o feito do PSB em 2014 foi se manter governando os estados de Pernambuco e da Paraíba e eleger o governador do Distrito Federal.

O PSD elegeu dois governadores, de Santa Catarina e do Rio Grande do Norte, somando apenas 5% do eleitorado. Mas por ser um estreante na competição estadual esse resultado o coloca à frente de muitos partidos tradicionais que vêm apresentando gradual encolhimento em sua performance eleitoral. Deve-se também levar em conta que os candidatos vitoriosos em ambos os estados são políticos populares no eleitorado estadual e fizeram sua carreira política por outros partidos. Enquanto o governador de Santa Catarina vem do

⁴ Sobre as disputas do PT com a então tradicional força oligárquica baiana, o clã de Antônio Carlos Magalhães, ver Dantas Neto (2002, 2006, 2010) e Borges (2007 e 2010).

PFL/DEM, no caso do governador do Rio Grande do Norte, seu último partido foi o PMN, mas tem passagem pelo PMDB e PFL. Essa será a tendência de um partido como PSD, que se originou ao redor de dissidências de diversos políticos descontentes com seus antigos partidos, particularmente do DEM.

Já o PDT voltou a eleger governadores, vencendo nos estados do Amapá e Mato Grosso, somando apenas 1,9% do eleitorado. Esses resultados indicam que a reestruturação do partido após o falecimento de seu principal líder em 2004, Leonel Brizola, ainda está sendo traumática dada a ausência de lideranças nacionais capazes de substituir Brizola no comando partidário. Ainda teve que enfrentar os conflitos decorrentes da acusação a seu atual presidente, o deputado federal Carlos Lupi, de envolvimento com polêmico caso de desvio de dinheiro público ainda quando era Ministro do Trabalho em governos petistas (2006-2011). Acrescente-se, ainda, que após a saída do deputado federal Paulinho da Força Sindical para criar o partido Solidariedade, em 2013, o PDT perdeu muitos vereadores e deputados, tendo que ser novamente reconstruído. Só em São Paulo, dos 400 municípios onde o PDT estava organizado em 2014, apenas em três cidades (Guarulhos, Osasco e Diadema) eram Diretórios Municipais, os demais eram Comissões Provisórias⁵.

Ainda em relação à disputa para os governos estaduais, o pior resultado foi o do PP, que ganhou apenas o estado de Roraima (0,2% do corpo eleitoral). Mas deve-se ressaltar que, desde meados dos 1990, o PDS/PPB/PPR/PP apresenta gradual encolhimento em seus resultados, seja em razão da herança de sua vinculação com o regime civil-militar, seja em razão da migração de muitos quadros políticos para outros partidos.

Entre os pequenos partidos, o maior êxito ficou com o PCdoB, que elegeu, pela primeira vez, um governador e do Estado do Maranhão (3% do corpo eleitoral nacional), tradicional reduto do clã de José Sarney. O recém-criado Partido da Ordem Social (PROS), fundado por dissidentes contrários à saída da base do governo de Dilma Rousseff e ao lançamento de candidatura própria à Presidência da República, venceu no estado do Amazonas (1,6% do eleitorado).

3. Reavaliando tendências da dinâmica do sistema partidário

O formato do sistema partidário brasileiro, desde 1990, tem sido avaliado segundo dois fenômenos. O primeiro trata da fragmentação

⁵ Informações fornecidas pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

partidária, buscando o padrão de dispersão ou concentração do poder político entre os atores partidários. O segundo visa verificar o grau de nacionalização ou regionalização da estrutura organizacional dos partidos e, conseqüentemente, de sua força eleitoral no território nacional. Nas duas seções seguintes reavaliaremos essas duas dimensões, visando atualizar essa discussão.

3.1. Padrão de dispersão-concentração do sistema partidário brasileiro

Atese de Jairo Nicolau (1996) revelou que, em pleno processo de reorganização e estruturação do sistema partidário, era razoável a estabilização da representação dos principais partidos no período entre 1990 e 1994. Processo que indicava não a dispersão do poder político, mas a concentração da representação em sete partidos relevantes (PMDB, PFL, PDS/PPB, PSDB, PT, PDT e PTB), ou seja, aqueles com mais de 5% do total da média de cadeiras da Câmara dos Deputados. Passados 20 anos, qual foi a tendência observada desse padrão? A partir da atualização das informações da Tabela 8, mas mantendo o mesmo critério anterior, verificamos que os dados mais importantes são: 1) o PT estendeu seu contínuo crescimento, já salientado por Nicolau, até o pleito de 2002. Mas na primeira reeleição, em 2006, interrompe essa tendência, mantendo-se estável na eleição seguinte, voltando a ter maior redução na representação em 2014. 2) O PDS/PP acentuou seu declínio ao longo desse período, chegando em 2014 com 7,4% da representação, enquanto o PMDB também manteve, até 1998, essa tendência de queda. A partir daí apresentou patamares relativamente estáveis, apresentando maior redução ao fim do período analisado. 3) Já a dissidência do PDS, o PFL/DEM alcançou os melhores resultados enquanto estava no governo federal, mas a partir de 2002 iniciou forte declínio, chegando em 2014 a obter apenas 4% das cadeiras. 4) Quanto à dissidência do PMDB, o PSDB apresentou contínuo crescimento até 1998 mas em 2002, fora da esfera governamental, teve sua curva ascendente alterada, reduzindo paulatinamente sua bancada nos dois pleitos subsequentes e, se mantendo relativamente estável, nos últimos pleitos.

Tabela 8. Evolução da representação dos partidos na Câmara dos Deputados

PARTIDOS	Evolução da representação dos partidos na Câmara dos Deputados 1982-2014																			
	1982		1986		1990		1994		1998		2002		2006		2010		2014		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
PDS/PPR/PPB/PP	235	49	33	6,8	42	8,3	52	10,1	60	11,7	49	9,6	41	8	44	8,6	38	7,4	594	13
PMDB	200	42	260	53,4	108	22	107	20,9	83	16,2	74	14	89	17,3	78	15,2	66	13	1065	24
PDT	23	4,8	24	4,9	46	9,1	34	6,6	25	4,9	21	4,1	24	4,7	27	5,3	19	3,7	243	5,4
PTB	13	2,7	17	3,5	38	7,6	31	6	31	6	26	5,1	22	4,3	22	4,3	25	5	225	5
PT	8	1,7	16	3,3	35	7	49	9,6	58	11,3	91	18	83	16,2	86	16,8	68	13	494	11
PFL/DEM			118	24,2	83	17	89	17,3	105	20,5	84	16	65	12,7	43	8,4	21	4,1	608	14
PL/PR			6	1,2	16	3,2	13	2,5	12	2,3	26	5,1	23	4,5	41	8	34	6,7	171	3,8
PCB/PPS			3	0,6	3	0,6	2	0,4	3	0,6	15	2,9	22	4,3	12	2,3	10	2	70	1,5
PDC			5	1	22	4,4													27	0,6
PC do B			3	0,6	5	1	10	1,9	7	1,4	12	2,3	13	2,5	15	3	10	2	75	1,7
PSB			1	0,2	11	2,2	15	2,9	19	3,7	22	4,3	27	5,3	35	6,8	34	6,7	164	3,6
PSC			1	0,2	6	1,2	3	0,6	2	0,4	1	0,2	9	1,8	17	3,3	13	2,5	52	1,1
PRN/PTC					40	8	1	0,2					3	0,6	1	0,1	2	0,4	47	1
PSDB					38	7,6	62	12,1	99	19,3	71	14	66	12,9	54	10,5	54	11	444	10
PRS					4	0,8													4	0,1
PTR/PP					2	0,4	36	7											38	1
PST					2	0,4			1	0,2	3	0,6							6	0,1
PMN					1	0,2	4	0,8	2	0,4	1	0,2	3	0,6	4	1	3	0,6	18	0,4
PSD																	36	7	36	0,8
PV							1	0,2	1	0,2	5	1	13	2,5	13	2,5	8	1,6	41	1
PRP							1	0,2									3	0,6	4	0,1
PSL									1	0,2	1	0,2			1	0,2	1	0,2	4	0,1
PRONA									1	0,2	6	1,2	2	0,4					9	0,2
PSDC											1	0,2					2	0,4	3	0,1
PSOL													3	0,6	3	0,6	5	1	11	0,2
PHS													2	0,4	2	0,4	5	1	9	0,2
PTdoB													1	0,2	3	0,6	2	0,4	6	0,1
PAN													1	0,2					1	0
PEN																	2	0,4	2	0,1
PROS																	11	2,1	11	0,2
PRTB															2	0,4	1	0,2	3	0,1
SD																	15	3	15	0,3
PTN																	4	1	4	0,1
PRB													1	0,2	10	2	21	4,1	32	0,7
Cadeiras	479		487		503		513		513		513		513		513		513		4536	
Partidos	5		12		18		17		17		18		21		21		28		30	

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 2014. Nicolau, Jairo (1998).

Para verificar se a tendência de concentração da representação nos partidos identificada por Nicolau (1996) se manteve no período posterior, atualizamos a série histórica incluindo os pleitos realizados até 2014. Conforme a Tabela 8, os sete maiores partidos identificados anteriormente (PMDB, PFL/DEM, PDS/PP, PT, PSDB, PDT e PTB), com

mais de 5% do total da média de cadeiras da Câmara dos Deputados disputadas nas eleições de 1982a 2014, se mantiveram como os mais relevantes na média do período, concentrando 81% da representação. Outros oito partidos, com média abaixo de 5% e acima de 1%, conseguiram perto de 10%. E os 21 micropartidos, com representação média inferior a 1%, somaram apenas 5,3% das cadeiras.

Importante salientar que parte da explicação para esse resultado se deve à força que alguns partidos tinham no início do atual sistema, pois como optamos por trabalhar com médias de todo o período, acabamos obscurecendo o sentido da evolução da força eleitoral desses partidos e do seu peso no resultado final do sistema partidário. Como vimos acima, alguns desses partidos, como o PFL/DEM e o PDT, foram paulatinamente diminuindo a representação na Câmara tornando-se partidos pequenos ao término da série histórica investigada, enquanto outros partidos como o PSB, PR e PSD, particularmente em 2014, aumentaram suas bancadas naquela Casa, passando a ser considerados partidos relevantes, ou seja, alcançaram 5% ou mais das cadeiras naquele pleito. Dessa maneira, ao fim do período analisado observamos que se manteve a tendência do sistema partidário brasileiro se concentrar, mas em torno de oito partidos relevantes (PMDB, PT, PSDB, PP, PTB, PSB, PSD e PR), e não mais nas sete legendas identificadas há vinte anos por Nicolau (1996). Note-se ainda que desses partidos, apenas os cinco primeiros se mantiveram como organizações efetivas, passados 30 anos do retorno à democracia.

A Tabela 9 agrupa os partidos segundo a média percentual de cargos obtidos pelos partidos nas eleições realizadas durante toda a série histórica examinada. Agregando-se, portanto, os partidos conforme as categorias usadas para a Câmara dos Deputados, verifica-se novamente a concentração dos postos de poder. Há pequenas diferenças de um período para outro e de tipos de cargos. No caso das cadeiras para as Assembleias, houve leve diminuição na concentração dos maiores partidos e aumento na representação dos partidos pequenos e micros. Já para os demais pleitos houve leve aumento na concentração. Ainda vale ressaltar que, nas disputas pelos governos estaduais e capitais, entre os sete maiores partidos está o PSB, enquanto o PTB passou para a categoria dos partidos pequenos, o que demonstra o forte aumento dos socialistas nas últimas eleições.

**Tabela 9. Porcentagem de cadeiras conseguidas por grupo de partidos
(média para o período 1982-2014)**

	Deputados estaduais	Governadores	Senadores	Prefeitos de capital*
Sete maiores partidos	76,7	92,7	93,7	89,0
Pequenos partidos	15,0	3,0	3,7	9,5
Micro partidos	7,3	4,3	2,7	3,2

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 2014; tabela em Nicolau, 1996 p.35, atualizada.

*A média para as prefeituras conquistadas por grupos de partidos foi calculada para o período de 1988 a 2012.

3. 2. Padrão de regionalização-nacionalização dos partidos

O objetivo desta seção é analisar outra tendência apontada por estudiosos do sistema partidário brasileiro no sentido do processo de regionalização dos partidos brasileiros. Ao contrário desse diagnóstico, em trabalho de 2006 demonstrei que a tendência dos principais partidos era na direção da nacionalização de suas votações (Braga, 2006). E, como podemos verificar na Tabela 10, todos os oito partidos relevantes em 2014 elegeram algum deputado federal em todas as cinco regiões. Esse dado já é um indicador, mesmo que muito generoso, de um razoável grau de nacionalização desses partidos. Mas a capilaridade de cada partido por região precisa ser analisada comparativamente porque a proporção de cadeiras na Câmara dos Deputados por total da região não é a mesma. Para isso, calculamos a proporção do total obtido por partido em cada região do total de deputados eleitos para essa Casa Legislativa.

Os 8 partidos relevantes identificados na seção anterior (ou seja, aqueles que obtiveram 5% ou mais das cadeiras parlamentares nas eleições de 2014) concentraram suas duas maiores bancadas nas regiões Sudeste e Nordeste, tendência já esperada. Em termos relativos o PR (44%), PSDB (43%), PT (38%) e PSD (36%) elegeram mais deputados na região Sudeste, enquanto PP (32%) concentra as maiores bancadas no Sul e Sudeste, PSB (41%) e PTB (48%) no Nordeste. O PMDB foi o partido que apresentou a distribuição mais equitativa em quatro regiões (Norte, Sul, Nordeste e Sudeste), indicando que apesar da redução da tradicional capilaridade territorial ainda é o partido com maior abrangência geográfica de sua base eleitoral. Também foi o único

partido, nas eleições de 2014, a eleger ao menos um deputado em todos os 27 estados da federação.

Contudo, os resultados obtidos em estados da mesma região revelam maior concentração naqueles de maior magnitude⁶. Nesse sentido, 42% dos deputados do PMDB vieram de cinco estados de apenas duas regiões: Sudeste (MG (6), RG (8)) e Sul (RS e SC (5) e PR (4)). Já o PT elegeu 59% dos seus deputados em cinco estados de três regiões: Sudeste (SP (10), MG (9), RG (5)), Sul (RS (7)) e Nordeste (BA (8)). Importante ainda levarmos em consideração que os petistas não elegeram deputados federais em seis estados, inclusive em Pernambuco, onde sua candidata presidencial venceu a eleição no segundo turno. Já o PSDB elegeu metade de seus deputados em apenas três estados de duas regiões: Sudeste (SP (14), MG (7)) e Centro-Oeste (GO (6)). Os tucanos não elegeram deputados em quatro estados. Enquanto o PP elegeu metade dos seus deputados em quatro estados: RS (6), PR (4), MG (5) e BA (4), e ficou de fora de um terço dos estados, reforçando seu acentuado encolhimento. No PSD, 39% dos deputados foram eleitos no Rio de Janeiro (6), São Paulo (4) e Bahia (4), e não elegeram deputados em 10 estados. Dos 34 deputados eleitos pelo PSB, oito são de Pernambuco e quatro são de São Paulo. Já no PR dos 15 deputados eleitos na região Sudeste, 12 foram eleitos nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Tabela 10. Proporção de deputados eleitos de cada região no total geral (maiores partidos)

Região	PT	PMDB	PSDB	PP	PSD	PSB	PR	PTB
Norte	9	21,2	9,3	5,3	16,6	11,8	14,7	12
Nordeste	26,4	22,7	20,4	26,3	25	41,2	26,5	48
Centro-Oeste	7,4	9	16,7	5,3	8,3	8,8	5,9	4
Sudeste	38,2	25,8	42,6	31,6	36,1	26,4	44,1	20
Sul	19,1	21,2	11,1	31,6	13,9	11,8	8,8	16
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 2014.

⁶ De acordo com a literatura especializada em sistemas eleitorais isso decorreria do fato de que em sistemas de representação proporcional quanto maior a magnitude do distrito (M), menor será o efeito mecânico de Duverger, ou seja, quanto maior M maior a tendência de os partidos receberem proporcionalmente tantas cadeiras quantos forem os seus votos (Taagepera & Shugart, 1989).

Na Tabela 11 analisamos a força relativa do partido por região, tendo por base de cálculo o número de cadeiras por partido em cada uma delas isoladamente. Verifica-se que o PMDB foi o primeiro partido em apenas duas regiões: Norte e Sul. Ficou em segundo lugar no Centro-Oeste e Nordeste e, em terceiro lugar no Sudeste. Enquanto o PT, com a maior bancada nacional, venceu no Sudeste e Nordeste. Ficou em segundo lugar nas regiões Norte e Sul e, em terceiro lugar no Centro-Oeste. Já o PSDB, terceiro partido na Câmara, venceu apenas no Centro-Oeste, ficando em segundo lugar apenas no Sudeste, em terceiro lugar no Nordeste e, em quarto lugar nas regiões Norte e Sul. O PP, com a quarta bancada na Câmara, ficou em terceiro lugar na região Sul, e em quarto no Nordeste, mas em quinto lugar no Sudeste e, em sexto no Centro-Oeste. Já o PSD, com a quinta bancada nacional, somente ficou em segundo lugar na região Norte, em quarto lugar no Centro-Oeste e, em quinto no Sudeste e Sul. Por fim, o PSB, com a sexta maior bancada da Câmara, teve sua melhor posição no Nordeste, onde ficou em terceiro lugar.

Tabela 11. Resultados dos partidos em cada região (2014) (%)

Partido	Norte	Centro-Oeste	Nordeste	Sudeste	Sul
PMDB	21,5	14,7	10	9,5	18,1
PT	9,2	12,2	11,9	14,5	16,9
PSDB	7,7	22	7,3	12,8	7,8
PSD	9,2	7,3	6	7,3	6,5
PP	3,1	4,9	6,6	6,7	15,6
PR	7,7	4,9	6	8,4	3,9
PSB	6,2	7,3	9,3	5	5,2
PTB	4,6	2,4	7,9	2,8	5,2
DEM	4,6	4,9	5,3	4	1,3
PDT	4,6	4,9	4	2,8	3,9
PRB	6,2		3,3	6,1	1,3
PPS	3,1	2,4	1,3	1,1	3,9
PSC	3,1	2,4	2,6	2,2	2,6
SD	3,1	4,9	3,3	2,8	1,3
PHS	1,5		1,3	0,6	1,3
PROS	1,5	4,9	3,3	1,7	
PMN	1,5		0,7	0,6	
PC do B			3,3	1,7	2,6
PTN			0,7	1,1	1,3
PV			1,3	2,8	1,3

PSOL	1,5			2,2	
PRP			0,7	1,1	
PSDC			0,7	0,6	
PTC			0,7	0,6	
PT do B				1,1	
PRTB			0,7		
PEN			1,3		
PSL			0,7		
Total de partidos por região	18	14	26	25	18

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 2014.

Em resumo, na Tabela 12 encontramos apenas os três primeiros lugares ocupados por cada partido por região. Como podemos ver, há importante continuidade na concentração dessas posições no PT, PMDB e PSDB. Com a região Norte indicando maior divisão dessas posições entre outros partidos: o PSD e o PR, enquanto no Sul o PP assume a posição da terceira força e no Nordeste o PSB passa a ocupar essa posição, regiões de piores resultados para os peessedebistas.

Tabela 12. Colocação dos maiores partidos em cada região

Posição	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1º	PMDB	PT	PT	PMDB	PSDB
2º	PT/PSD	PMDB	PSDB	PT	PMDB
3º	PSDB/PR	PSB	PMDB	PP	PT

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 2014.

4. Considerações finais

Em 2015 a democracia brasileira completou 30 anos desde seu retorno em meados dos 1980. De certa forma podemos considerar as eleições gerais de 2014 como o marco de conclusão das três décadas necessárias para, segundo Converse (1966), um sistema partidário apresentar graus cada vez mais consistentes de estabilidade de seus macroatores, os partidos políticos e, por consequência, dos padrões de competição política. Por outro lado, esse período de convivência entre partidos e eleitores configuraria um tempo razoável para que esses vínculos estivessem fortalecidos e apresentassem padrões mais regulares.

Foi a partir dessas questões mais gerais sobre o processo representativo brasileiro que desenvolvemos este artigo. Seu objetivo principal foi realizar um balanço político das eleições de 2014, visando avaliar seu impactotanto na correlação de forças que vem desde 1994 dominando a disputa presidencial quanto no desempenho eleitoral dos principais partidos para os cargos legislativos. Outro objetivo foi examinar tendências do sistema partidário identificadas por analistas em meados dos anos 1990, passados vinte anos de suas análises.

Vimos que a democracia brasileira, ao longo desses 30 anos, ampliou consideravelmente o eleitorado, chegando em 2014 a ser integrado por 71% da população do país. Tendo em vista que, em média, 73% desse eleitorado optou por votar em partidos e seus candidatos nas eleições presidenciais, e 65% tomou a mesma decisão política para a Câmara dos Deputados, verifica-se significativa adesão dos diversos públicos aos atores partidários ao término dessas três décadas de democracia competitiva.

No que se refere ao impacto dessas eleições na correlação de forças para a disputa presidencial vimos que, apesar de Marina Silva (PSB) ameaçar a ida do PSDB para o segundo turno, se manteve a disputa polarizada com as duas forças agregando 75% dos votos no primeiro turno. Os resultados do segundo turno, mesmo sendo a favor do PT, revelaram que a margemde votos entre tucanos e petistas foi a mais apertada desse período, indicando certo esgotamento desse ciclo eleitoral controlado por essas duas forças políticas. Nas demais disputas, o que observamos foi que PT, PMDB e PSDB, apesar de se manterem com os maiores números de postos de poder na Câmara dos Deputados, no Senado, nas Assembleias e nos governos estaduais, vêm diminuindo o montante de votos recebidos por esses partidos de uma eleição para outra, redundando em maior equilíbrio entre asprincipais forças nas diversas competições e no aumento do apoio eleitoral aos pequenos e micro partidos.

Quanto às tendências reavaliadas, verificamos que, embora o sistema partidário tenha aumentado a fragmentação nos dois últimos pleitos do período analisado, os sete partidos (PMDB, PFL, PDS/PPB, PSDB, PT, PDT e PTB) que concentravam mais de 85% das cadeiras da Câmara dos Deputados em meados dos 1990 (Nicolau: 1996), passaram a concentrar, na média do período, 81% dos assentos nessa Casa Legislativa. Já análise da evolução do desempenho eleitoral desses partidos explica ao menos em parte essa redução na representação, especialmente pela drástica diminuição da votação do atual DEM. Vimos ainda que para os cargos majoritários nas três esferas de poder e para o Senado essas taxas de concentração aumentaram em todo o período

examinado, demonstrando a importância dos partidos políticos na estruturação das preferências eleitorais e, por consequência, da representação dos interesses sociais na arena governativa.

Quanto ao segundo aspecto, o padrão de regionalização/nacionalização, vimos que em 2014 o sistema partidário passou a ter oito partidos relevantes (PMDB, PT, PSDB, PP, PTB, PSB, PSD e PR), que elegeram deputados federais em todas as regiões do país. Mas entre esses, o PMDB foi o único partido que demonstrou manter maior capilaridade territorial nacional ao eleger ao menos um deputado em todos os 27 estados. Os demais apresentaram votações mais discrepantes de estado para estado.

Em resumo, essas evidências nos levam a concluir que, após três décadas de funcionamento, o sistema partidário brasileiro completou seu processo de transformação e adaptação à democracia. Uma adaptação lenta e gradual, postergada pelo êxito da estratégia dos principais partidos iniciais, PMDB e PFL, visando a preservação da força eleitoral. À medida que novos partidos foram crescendo eleitoralmente e conflitos intrapartidários naquelas agremiações levaram a cisões, com a criação de outros partidos, a forte assimetria na competição partidária dos primeiros pleitos foi diminuindo ao longo do período. Em consequência, chegamos em 2014 sem partidos grandes, ou seja, com mais de 16% da representação na Câmara. A tendência desse sistema, portanto, foi no sentido do maior equilíbrio entre as forças partidárias que conseguiram se manter relevantes ao fim do pleito de 2014. Desses partidos, vale salientar, quatro estão desde o início do sistema (PMDB, PT, PDS/PP e PTB), outros três foram organizados durante a redemocratização (PSB, PSDB e PL/PR) e apenas um (PSD) foi criado mais recentemente, como resultado de divergências fomentadas pela grave crise enfrentada pelo PFL/DEM. Importante destacar que entre esses partidos, apenas quatro (PT, PSDB, PMDB e PSB) vêm governando a maior parte das governadorias e apenas dois (PT e PSDB) vêm conseguindo eleger candidatos para a Presidência da República. Outros partidos médios conseguiram eleger até dois governadores, mas os demais, juntamente com a maioria dos pequenos e micros partidos, gravitam ao redor dessas maiores agremiações, que ao ocuparem instâncias de poder podem ser compensadas com incentivos que contribuem para a sua sobrevivência num sistema partidário cada vez mais competitivo em todas as regiões do país.

Referências

BORGES, A. Rethinking State Politics: The Withering of State Dominant Machines in Brazil. **Brazilian Political Science Review**, 1, 2: 108-156, 2007.

_____. Já não se fazem mais máquinas políticas como antigamente: Competição vertical e mudança eleitoral nos estados brasileiros. **Revista de Sociologia e Política**, 18, 35: 167-188, 2010.

BRAGA, M. S. S. Eleições e Democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados, **Revista Brasileira de Ciência Política**, vol4, pp. 43-73, 2010.

_____ & BOURDOUKAN, A. Partidos políticos no Brasil: organização partidária, competição eleitoral e financiamento público, **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, vol. 35, pp. 117-148, 2009.

_____ & KINZO, M. D. Sistema Eleitoral, Competição Partidária e Representação Parlamentar nos Legislativos Estaduais. In: KINZO, MD & BRAGA, M. S. S. (orgs). **Eleitores e Representação Partidária no Brasil**. São Paulo. Humanitas/CNPq, 2007.

_____. **O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro: Padrões de Competição Política (1982-2002)**. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2006.

CASTRO, M. M. M. "Eleitorado brasileiro: composição e grau de participação", In AVELAR, Lúcia e CINTRA, Antônio Octávio Orgs. **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. São Paulo: Unesp. 25-42, 2007.

CONVERSE, P. Of Time and Partisan Stability. **Comparative Political Studies**. 2. 139-171, 1969.

DANTAS NETO, P. F. **Carlismo e oposição na Bahia pós-carlista**. 2002. Disponível em: <<http://apicucos.fundaj.gov.br/observanordeste/obed003j.html>>.

_____. O Carlismo para além de ACM: estratégias adaptativas de uma elite política estadual In: C. Souza, C. & P.F. In: Dantas Neto, P. (Org): **Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

_____. Mudança política na Bahia: circulação, competição ou pluralismo de elites? In: CORTES, Hugo & SPINELLI, José Antônio. (2010) **Nordeste 2006: os sentidos do voto: análises interpretativas dos resultados eleitorais no estados do nordeste**. Rio Grande do Norte. UDUFRN, 2010.

MELO, C. R. The 2014 Elections and the Brazilian Party System. **Brazilian Political Science Review**. vol. 9 no. 1. Jan./Apr. 93-114, 2015.

NICOLAU, J. M. **Multipartidarismo e Democracia**. Rio de Janeiro, FGV. 1996.

KINZO, M. D. **Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro**. São Paulo: Konrad Adenauer, 1993.

RODRIGUES, L. M. As Eleições de 1994: uma apreciação geral. **Dados**, vol. 38, n. 1, p. 71-92, 1995.

SANTOS, F. & CANELLO, J. Brazilian Congress, 2014 elections and governability challenges. **Brazilian Political Science Review**. vol. 9 no. 1 Jan./Apr., p.93-114, 2015.

TAAGEPERA, R. & SHUGART, M. **Seats and votes**. New Haven: Yale University Press, 1989.

Recebido em 15 de dezembro de 2015

Aprovado em 03 de fevereiro de 2016

Brazilian elections 2014: assessment of the results, political and institutional implications

Abstract

This article has the purpose of making a political assessment of the elections in 2014. In order to achieve its objective, this article seeks to answer some key questions concerning the parties situation and the Brazilian party system situation at a time when we are completing 30 years of this second competitive democracy experience. What correlations of forces were expressed in these elections in the country? Which parties were strengthened in every type of dispute? Does PT versus PSDB polarization has weakened in the country? What are the development tendencies of the party system? We defend the argument that after three decades of reorganization the dynamics of the Brazilian party system has achieved a reasonable degree of stability by setting up around seven relevant parties that has divided, in an even more equitable way, the main elective power offices. Therefore, the tendency was towards the concentration of representation and better balance between the relevant party forces.

Keywords: 2014 elections, political parties, political competition, Brazil.